



# GESEL

Grupo de Estudos do Setor Elétrico

UFRJ

## Boletim Prorrogação das Concessões de Distribuição

Nivalde de Castro  
João Pedro S. Gomes  
Bianca de Castro

# BPC

## Boletim Prorrogação das Concessões de Distribuição

### Nº 3

Julho de 2023

Rio de Janeiro





# **Boletim Prorrogação das Concessões de Distribuição**

## **Número 3**

Prof. Nivalde de Castro

João Pedro S. Gomes

Bianca de Castro

Julho de 2023

ISBN: 978-65-86614-70-1

## Sumário

Introdução.....	5
1. MME abre consulta pública sobre prorrogação de concessões de distribuição .....	6
2. Governo propõe contrapartida social e partilha de 'excedente econômico' para prorrogar concessões.....	6
3. Proposta para prorrogação de concessões abre espaço para distribuidoras oferecerem novos serviços .....	7
4. Abradee: Distribuidoras não têm excedente econômico para financiar contrapartida.....	7
5. Abraceel: MME acertou ao fixar diretrizes para prorrogar concessões.....	8
6. Para analistas, falta clareza na metodologia da consulta pública sobre distribuidoras.....	8
7. Atenção dada à modernização em proposta de prorrogação de concessões agrada setor...9	
8. Distribuidoras de energia começam a debater prorrogação das concessões.....	10

# Introdução

Diversos contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), firmados há cerca de 30 anos, vencem a partir de 2025, o que demanda a definição até 2024, por parte do poder público, do que fazer com estas concessões: prorrogar ou reliciar. Neste sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou consulta pública com a proposta da metodologia a ser adotada a estas concessões, com o objetivo de receber contribuições dos agentes do SEB e da sociedade em geral.

O caminho a ser trilhado no que diz respeito às concessões de distribuição é muito importante e sensível, tendo em vista a dimensão do mercado brasileiro de energia elétrica e do volume de investimentos necessários, em especial frente aos desafios que o SEB enfrenta no âmbito da dinâmica mundial da transição energética.

Considerando a relevância deste tema e através do sistema de acompanhamento de conjuntura dos IFEs - informativos eletrônicos, o GESEL-UFRJ irá publicar periodicamente o Boletim Prorrogação das Concessões de Distribuição (BPC), com a coleta, sintetização e sistematização dos fatos, dados, informações e análises mais relevantes disponibilizados nos principais meios de comunicação e sites institucionais.

Este número do BPC cobre o período de 23 a 30 de junho de 2023, com publicações sempre às segundas-feiras.

Cada informação relevante será disponibilizada com a seguinte estrutura:

- i. Título da notícia;
- ii. Síntese do que foi publicado;
- iii. Data e fonte; e
- iv. Link para a publicação original

Estamos certos de que, com o BPC, o GESEL-UFRJ está contribuindo para uma maior e melhor simetria de informações sobre este tema tão relevante e que irá impactar toda a sociedade brasileira.

Prof. Nivalde de Castro  
Editor

## 1. MME abre consulta pública sobre prorrogação de concessões de distribuição

O MME abriu consulta pública por 30 dias sobre as diretrizes para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo contratos vencem entre 2025 e 2031. Aproximadamente 20 empresas que respondem por 62% do mercado de energia estão nessa condição. A EDP Espírito Santo abre a fila, já que o seu contrato vencerá em julho de 2025. Também está nesta lista a Light, que atua no Rio de Janeiro. A empresa, que enfrenta graves problemas financeiros, pretende obter a prorrogação antecipada da concessão. Recentemente, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que o governo teria um olhar especial em relação às empresas que enfrentam dificuldades financeiras. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse esta notícia através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45254648>

## 2. Governo propõe contrapartida social e partilha de 'excedente econômico' para prorrogar concessões

O processo de prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica deve incluir a análise de potenciais "excedentes econômicos" nas atuais concessões. Esses valores, se existentes, poderão ser destinados a "contrapartidas sociais em eficiência energética", que serão exigidas na assinatura dos novos contratos. Estas são algumas das diretrizes propostas na [nota técnica](#) de 22 páginas sobre o tema, alvo de uma consulta pública aberta até 24 de julho. Após o recebimento das contribuições, o MME deve consolidar as regras para a prorrogação das concessões de 20 distribuidoras cujos contratos vencem entre 2025 e 2031. A verificação de existência de excedente econômico nas concessões será feita por meio da comparação entre os retornos aos acionistas estimados pela regulação tarifária e aqueles efetivamente registrados. O MME sugeriu uma fórmula de cálculo do indicador que considera o fluxo de [caixa](#) do acionista no período, o custo de capital próprio e a base de remuneração líquida. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse esta notícia através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45256011>

### 3. Proposta para prorrogação de concessões abre espaço para distribuidoras oferecerem novos serviços

Diante das transformações pelas quais o setor elétrico vem passando e da necessidade de modernização dos sistemas e do papel das distribuidoras, a proposta do governo para a prorrogação das concessões de distribuição abre espaço para que as empresas ofereçam novos serviços aos consumidores. O MME também propôs regras para a sustentabilidade econômica-financeira das concessões, inclusive por meio de aporte de capital de acionistas, com intuito de sanear determinadas concessões que não estejam cumprindo as exigências regulatórias. As diretrizes sobre o tema estão previstas em nota técnica publicada na noite do dia 22. A proposta, contudo, ainda está submetida à consulta pública com prazo para apresentação de contribuição até o dia 24 de julho. Depois dessa fase, o MME determinará as regras para o processo de prorrogação da concessão das 20 distribuidoras cujos contratos vencem entre 2025 e 2031. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45257357>

### 4. Abradee: Distribuidoras não têm excedente econômico para financiar contrapartida

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, afirmou que as empresas não têm excedentes econômicos que possam ser utilizados para financiar as contrapartidas sociais que serão exigidas na assinatura de novos contratos de concessão. A perspectiva de uso desses eventuais recursos está prevista na nota técnica do MME sobre a prorrogação dos contratos de concessão das distribuidoras que vencem entre 2025 e 2031. De acordo com o documento em consulta pública, a verificação de existência de excedente econômico nas concessões será feita por meio da comparação entre os retornos aos acionistas estimados pela regulação tarifária e aqueles efetivamente registrados. O MME sugeriu uma fórmula de cálculo do indicador que considera o fluxo de caixa do acionista no período, o custo de capital próprio e a base de remuneração líquida. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45262074>

## 5. Abraceel: MME acertou ao fixar diretrizes para prorrogar concessões

O MME acertou ao considerar as mudanças que estão previstas para acontecer no mercado de distribuição de energia elétrica ao estabelecer as diretrizes para a prorrogação das concessões das distribuidoras, avalia a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel). Entre as mudanças que o MME projeta, estão a abertura do mercado livre para todos os consumidores de energia, a adesão à modalidade de micro e minigeração de energia pelos consumidores, a digitalização e a modernização das redes, disse o presidente-executivo da entidade, Rodrigo Ferreira. Um dos aspectos que o MME sinaliza para o futuro é a separação, para as distribuidoras, das atividades econômicas de fio e de energia. Isso significa que as concessionárias irão focar exclusivamente na gestão das redes elétricas, enquanto a atividade de comercialização da energia para os consumidores passará para uma figura a ser criada na reforma do marco legal.

Outro ponto, salientou Ferreira, é a digitalização, especialmente na medição da energia, que coloca as distribuidoras em linha com a transição energética. Além de prever a digitalização das redes como parte de uma série de investimentos a serem realizados, o MME vê como irreversível a abertura do mercado para que todos possam escolher o fornecedor da energia, no mercado livre, afirmou. *“Transição energética não é apenas descarbonização, o setor já cumpre esse papel. Transição também é mudar o status do consumidor”*, disse o executivo. (Valor Econômico - 24.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/24/mme-acertou-em-considerar-as-mudanas-do-mercado-de-distribuio-ao-fixar-diretrizes-para-renovar-concesses-diz-abraceel.ghtml>

## 6. Para analistas, falta clareza na metodologia da consulta pública sobre distribuidoras

A abertura de consulta pública pelo MME para tratar das prorrogações das concessões de distribuição que vencem até 2031 foi considerada por analistas de mercado como uma boa

notícia, especialmente porque muitos pontos que foram colocados na nota técnica divulgada no último dia 22 estão em linha com discussões travadas no setor. Além disso, os especialistas apontam que o documento traz mais clareza em relação ao que será debatido e reduz incertezas sobre o futuro das empresas que atuam no segmento de distribuição. Por outro lado, alguns pontos ainda precisam ser mais bem endereçados ao longo da consulta. Entre eles, o principal é a metodologia para capturar o excedente econômico potencial das concessionárias. Contudo, os especialistas estimam que ainda há um longo caminho até a publicação dos termos finais e espaço para mudanças à medida que o debate avance. Os analistas do banco Safra Daniel Travitzky, Carolina Carneiro e Mario Wobeto, classificam a metodologia proposta como "incomum", mas pontuaram que essas questões podem ser esclarecidas durante a fase de consulta pública. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45261495>

## **7. Atenção dada à modernização em proposta de prorrogação de concessões agrada setor**

As diretrizes dadas pelo MME para a prorrogação das concessões de distribuição na nota técnica colocada em consulta pública foram bem recebidas por especialistas em uma análise preliminar. Com aspectos gerais em linha com o que vinha sendo discutido previamente, agradaram particularmente os sinais dados para que seja garantida uma flexibilidade que permita adaptações na atuação das distribuidoras em um futuro não tão distante, diante da esperada mudança do papel dessas concessionárias com a inserção crescente de novas tecnologias e a abertura do mercado livre a novos contingentes de consumidores. A nota técnica indica a previsão de cláusulas adicionais no contrato de concessão para permitir flexibilidade na exploração de novos modelos de negócio e aponta para a autorização de oferta, pelas distribuidoras, de novos serviços aos consumidores, por sua conta e risco, sejam eles atividades que propiciem a modicidade tarifária, sejam serviços acessórios. (Broadcast Energia - 23.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

<https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45262162>

## 8. Distribuidoras de energia começam a debater prorrogação das concessões

O MME anunciou a abertura de consulta pública por 30 dias para discutir propostas de diretrizes para a prorrogação das concessões de 20 distribuidoras de energia elétrica, privatizadas na década de 1990, cujos contratos chegam ao fim entre 2025 e 2031. Essas distribuidoras respondem por 62% do mercado nacional e atendem 55,6 milhões de unidades consumidoras, com receita bruta de R\$ 168 bilhões. A consulta pública, que termina em 24 de julho, e as propostas de diretrizes eram aguardadas pelo mercado. O MME vinha sinalizando que exigiria das empresas “contrapartidas sociais” para prorrogar os contratos. Porém, as condições para as contrapartidas não estavam claras. O governo também decidiu não optar por uma prorrogação onerosa, que exige um pagamento de bônus pelas concessionárias.

O ministério prevê a avaliação da existência de eventuais “excedentes econômicos” na prestação do serviço das concessionárias. Esse excedente acontece quando a distribuidora tem ganhos econômicos maiores do que o previsto na exploração da concessão. Assim, o MME propôs uma metodologia para medir a eventual existência de excedentes econômicos, os quais, se verificados, serão convertidos em contrapartidas sociais, exigência da qual o governo não abriu mão. A Abradee entende que não há excedentes econômicos, uma vez que as distribuidoras passam por revisões tarifárias periódicas que revelariam tal situação. *“A visão da associação é de que não existe esse valor para realizar a contrapartida social”*, disse Marcos Madureira, presidente da Abradee, sobre eventuais excedentes econômicos. Para Angela Gomes, diretora técnica da PSR, a contrapartida é bem-vinda no contexto do país, mas existe a necessidade do contrato ser flexível: *“Se o processo busca precificar o futuro com base nos resultados do passado, acabará amarrando a regulação e impedindo a almejada evolução”* (Valor Econômico - 27.06.2023)

Acesse este conteúdo na íntegra através do link:

[https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/27/distribuidoras-de-energia-  
comecam-a-debater-renovacao.ghtml](https://valor.globo.com/empresas/noticia/2023/06/27/distribuidoras-de-energia-comecam-a-debater-renovacao.ghtml)



## Grupo de Estudos do Setor Elétrico GESEL

Toda a produção acadêmica e científica do GESEL está disponível no site do Grupo, que também mantém uma intensa relação com o setor através das redes sociais Facebook e Twitter.

Destaca-se ainda a publicação diária do IFE - Informativo Eletrônico do Setor Elétrico, editado desde 1998 e distribuído para mais de 10.000 usuários, onde são apresentados resumos das principais informações, estudos e dados sobre o setor elétrico do Brasil e exterior, podendo ser feita inscrição gratuita em <http://cadastro-ife.gesel.ie.ufrj.br>

GESEL – Destacado *think tank* do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), fundado em 1997, desenvolve estudos buscando contribuir com o aperfeiçoamento do modelo de estruturação e funcionamento do SEB. Além das pesquisas, artigos acadêmicos, relatórios técnicos e livros – em grande parte associados a projetos realizados no âmbito do Programa de P&D da ANEEL – ministra cursos de qualificação para as instituições e agentes do setor e realiza eventos – *workshops*, seminários, visitas e reuniões técnicas – no Brasil e no exterior. Ao nível acadêmico é responsável pela área de energia elétrica do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia (PPED) do Instituto de Economia da UFRJ.

ISBN:

SITE: [gesel.ie.ufrj.br](http://gesel.ie.ufrj.br)

LINKEDIN: [linkedin.com/company/gesel-grupo-de-estudos-do-setor-elétrico-ufrj](https://www.linkedin.com/company/gesel-grupo-de-estudos-do-setor-elétrico-ufrj)

INSTAGRAM:  
[instagram.com/geselufrj](https://www.instagram.com/geselufrj)

FACEBOOK: [facebook.com/geselufrj](https://www.facebook.com/geselufrj)

TWITTER: [twitter.com/geselufrj](https://twitter.com/geselufrj)

ENDEREÇO

UFRJ - Instituto de Economia.  
Campus da Praia Vermelha.

Av. Pasteur 250, sala 226 - Urca.  
Rio de Janeiro, RJ - Brasil.  
CEP: 22290-240